

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOCENTE

LA EDUCACIÓN FÍSICA Y LA PRECARIEDAD SOCIAL DEL TRABAJO DOCENTE

PHYSICAL EDUCATION AND THE SOCIAL PRECARIOUSNESS OF TEACHING WORK

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.36804>

Leonardo Lemos Silveira¹

Guilherme Ribeiro Rostas²

Resumo: Este artigo tem a intenção de investigar e refletir, à luz de produções acadêmicas, sobre as condições de trabalho do professorado das instituições públicas de ensino no Brasil, bem como do professorado de educação Física, observando se e como ocorre a precarização do trabalho docente. Utilizando como método de análise o materialismo histórico dialético, partimos para a pesquisa do material bibliográfico no Portal de Periódicos CAPES entre outros documentos que auxiliaram na pesquisa. Constatamos que a precarização do trabalho docente atinge a educação pública de diversas formas, juntamente com as novas atribuições para o trabalhador docente, geralmente desenvolvidas por políticas apontadas por organizações internacionais com interesses privados.

Palavras-chave: Educação Física; trabalho docente; precarização; intensificação

Resumen: Este artículo tiene la intención de investigar y reflexionar, a la luz de las producciones académicas, sobre las condiciones de trabajo de los docentes en las instituciones educativas públicas de Brasil, así como las de los docentes de Educación Física, observando si se produce la precariedad del trabajo docente y de qué manera. Utilizando el materialismo histórico dialéctico como método de análisis, comenzamos a buscar material bibliográfico en el Portal de Periódicos CAPES, entre otros documentos que ayudaron en la investigación. Descubrimos que la precariedad del trabajo docente afecta la educación pública de diferentes maneras, junto con las nuevas atribuciones para el trabajador docente, generalmente desarrolladas por políticas designadas por organizaciones internacionales con intereses privados.

Palabras clave: Educación Física; trabajo de enseñanza; precariedad; intensificación

Abstract: This article intends to investigate and reflect, in the light of academic productions, on the working conditions of teachers in public educational institutions in Brazil, as well as those of Physical Education teachers, observing if and how the precariousness of teaching work occurs. Using dialectical historical materialism as a method of analysis, we started to search for bibliographic material in the CAPES Journal Portal, among other documents that helped in the research. We found that the precariousness of teaching work affects public education in several ways, together with the new attributions for the teaching worker, generally developed by policies appointed by international organizations with private interests.

Keywords: Physical Education; teaching work; precariousness; intensification

Introdução

A precarização social do trabalho docente, especialmente por meio de sua intensificação, no ensino público brasileiro vem sendo tema de discussão em diversos trabalhos científicos ao longo dos últimos anos (BACCIN; SHIROMA, 2016; NAKAYAMA; BRITO, 2016; AMARO, 2014; CUNHA, 2010).

Também, no que se refere a insegurança por parte dos professores(as), muitas vezes ligada àqueles docentes que são contratados como substitutos³ e, dessa forma, necessitam preocupar-se com a continuação de seu trabalho garantindo sua subsistência ao mesmo tempo em que, na maioria das vezes, necessitam criar estratégias para conseguir fazer com que seus alunos permaneçam dentro da escola, mesmo sem saber se conseguirão realizar este feito para si mesmos, é mais um dos elementos da precarização do trabalho docente (SHIROMA; LIMA FILHO, 2011).

Outro ponto, é à saúde dos docentes, entendemos que ela está intimamente relacionada às condições efetivas de trabalho, deste modo, podemos dizer que o adoecimento do professorado está diretamente vinculado à intensificação do trabalho, que é inseparável do processo de acumulação do capital (FORATTINI; LUCENA, 2015).

Compreendemos que a precarização social do trabalho está presente nos setores industrializados e nos de trabalho informal atingindo trabalhadores com vários níveis de qualificação. “Enfim, essa precarização se estabelece e se institucionaliza como um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, fragiliza os vínculos e impõe perdas [...] para todos os que vivem do trabalho”, e não poderia ser diferente aos docentes (DRUCK, 2013, p. 61).

Assim, para a fundamentação desta pesquisa utilizamos inicialmente como referência as categorias de precarização social do trabalho⁴ elaboradas por Druck (2011, 2013). Observamos que este fenômeno é um processo que se instala social, econômica e politicamente, e se traduz em uma condição histórica da evolução do capitalismo em que se estabelecem novas formas de precarização, através da flexibilização institucionalizada e da precarização contemporânea do trabalho, reorganizada e renovada (DRUCK, 2011). Druck (2011), explica que essas condições do trabalho levam a situações bastante precárias, realizadas através da intensificação, apoiada pela administração do medo, na discriminação inventada dos trabalhadores terceirizados, que se propaga de maneira contagiosa, nos abusos de poder, assédio moral etc. São alguns dos elementos que aprofundam a precarização do trabalho.

Percurso metodológico

Do ponto de vista metodológico, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica e documental lançando mão de fontes como livros, artigos científicos e documentos (primários) como relatórios de pesquisa. Assim, para a análise e interpretação dos dados e informações obtidas, buscamos nos aproximar de uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2009) por considerar o fenômeno da precarização complexo e, tendo como objetivo nortear as análises, utilizamos o materialismo histórico dialético como método, pois esta teoria trata a forma de compreensão/percepção da realidade como um modo de concepção de mundo e da vida e, enquanto práxis⁵, é uma forma de buscar transformações e de compreensões tanto no campo das ideias quanto na realidade histórica (FRIGOTTO, 2000).

Segundo Severino (2007) o paradigma dialético se baseia em pressupostos como totalidade, historicidade, complexidade, dialeticidade, praxidade, cientificidade e concreticidade que permitem melhor interpretar fenômenos relacionados às relações humanas. Assim, corroborando com Frigotto (2000) e

Severino (2007), lançamos mão destes instrumentos metodológicos para interpretar o fenômeno da precarização em nosso trabalho.

Nossa intenção foi investigar e refletir sobre as condições de trabalho do professorado que leciona em instituições públicas de ensino no Brasil, buscamos observar se e como ocorre a precarização do trabalho docente, investigando também as condições efetivas do trabalho docente da área de Educação Física (EF), lançando mão de publicações científicas acerca do tema proposto. Destarte, analisamos o trabalho docente por meio de um dos tipos de precarização social: a intensificação do trabalho e terceirização. Para isso, partimos de uma busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no repositório CAFe – Comunidade Acadêmica Federada.

Para localizar trabalhos no repositório CAFe, estabelecemos parâmetros de busca, em 11 de outubro de 2017 iniciamos com os seguintes parâmetros: na busca simples estabelecemos o período de 2009 até 2017 e artigos em português que compreendessem o ensino público e de alguma forma tivessem como foco a precarização do trabalho do professorado, utilizando as palavras-chave: interferências; trabalho docente e trabalho pedagógico; e precarização e intensificação.

Optamos por selecionar trabalhos que abordassem a educação de forma geral, partindo do campo da pedagogia ou da área específica de EF, este não sendo um determinante exclusivo de escolha dos trabalhos. Inicialmente obtivemos os seguintes resultados: cem publicações, das quais doze foram selecionadas para análise⁶. Posteriormente, realizamos uma busca com as mesmas palavras-chave estipulando como parâmetro artigos elaborados nos últimos dez anos, totalizando cento e trinta documentos, dos quais nove foram separados para análise. Em uma nova pesquisa, com artigos de até cinco anos, resultou em cinquenta e seis documentos, sendo quatro deles selecionados para análise. Por conseguinte, obtivemos o total de vinte e cinco artigos que, após a análise preliminar de triagem, resultaram em doze artigos que subsidiaram a pesquisa (MILANI; FIOD, 2008; GARCIA; ANADON, 2009; CUNHA, 2010; MOREIRA; SILVA, 2011; SHIROMA; FILHO, 2011; DA SILVA, 2013; AMARO, 2014; DE PAULA, 2015; FORATINI; LUCENA, 2015; BACCIN; SHIROMA, 2016; CAMARGO, 2016; NAKAYAMA; BRITO, 2016).

Ao longo do trabalho, foram consultadas novas bibliografias⁷ (artigos e livros) e documentos (FRIZZO *et. al*, 2018) a fim de subsidiar as categorias de análise que emergiram durante a pesquisa.

Constatações a priori

A escola, inserida no modo de produção capitalista, está sujeita a (re)produzir em seu interior seus antagonismos. Em uma pesquisa realizada em duas escolas municipais da rede de ensino público de Pelotas/RS (SILVEIRA; FRIZZO, 2017), observamos realidades distintas nesta mesma rede. A escola com o IDEB⁸ mais alto, e que se encontrava em uma zona de maior poder aquisitivo, deparava-se com problemas na aquisição de material para a EF e a sua consequente desvalorização; já na escola de IDEB mais baixo, que se localizava em uma zona cujo o contexto socioeconômico era desfavorável, pôde ser constatado que um dos maiores problemas era a falta de visualização por parte dos estudantes de uma formação que os

preparasse para suas vidas, também devido à falta do assessoramento público nesta região, a escola se tornava o centro da comunidade, o que possivelmente auxiliou na valorização da EF, já que os docentes desta escola afirmaram que a mesma era bastante valorizada em seu interior, inclusive pelo corpo discente.

Ao analisarmos o fenômeno da precarização social do trabalho docente, há a necessidade de compreender as relações de exploração – dentro e fora da escola. Devemos observar que a superação desta lógica não se dará sem o rompimento deste sistema, porque as “determinações gerais do capital afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais” (MÉSZÁROS, 2008, p.43, grifos do autor).

Estas determinações produzem sistemas de ensino próprios às classes sociais e essa separação, não está somente no tipo de conteúdo que é ensinado para cada uma delas, mas também na forma como é “aplicado”, assim, as famílias das classes dominadas não possuem a mesma forma e o mesmo acesso à cultura quando as comparando às famílias das classes dominantes (BOURDIEU, 2007). Para que se possa ter um mesmo acesso e a mesma forma de educação que os filhos da classe dominante possuem, podemos iniciar a luta dentro da sociedade capitalista, “[...] garantindo à classe trabalhadora o acesso ao conhecimento historicamente elaborado e acumulado pela humanidade, lutar para garantir a democratização da educação em todos os níveis e modalidades de ensino [...]” (NETTO; LUCENA, 2015, p. 375). Outro ponto, é que esse processo de garantia de acesso à educação não se dá de uma vez por todas é um caminho longo a ser percorrido. Não queremos dizer que a educação é o único meio que levaria o proletariado à emancipação, mas pode contribuir significativamente neste processo.

Diante do exposto, questionamos: de que forma a precarização do trabalho docente afeta os docentes e como se estabelece a intensificação do trabalho docente da EF? Deste modo, assumimos esta questão como o nosso problema de pesquisa

Intensificação do trabalho na educação e o docente da educação física

A constituição da precarização social do trabalho, caracterizada por meio da hegemonia do capital, penetra na vida social, estabelecendo substancialmente uma nova forma de trabalho e de vida dos trabalhadores, impondo um constante aperfeiçoamento, juntamente com a descartabilidade dos trabalhadores, deste modo, essa lógica que incentiva a inovação constante no campo da tecnologia e de novos “[...] produtos financeiros, atinge a força de trabalho de forma impiedosa, transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis que devem ser ‘superados’ e substituídos por outros ‘novos’ e ‘modernos’” (DRUCK, 2011, p. 42-43)

Essa Lógica, ao ser aplicada à educação, reflete na necessidade de formação e aperfeiçoamento da mão de obra, por exemplo, no âmbito dos Institutos Federais (BRASIL, 2008), que têm a função de garantir e certificar competências profissionais, tanto na Educação Básica como superior para o mundo do trabalho⁹. Nestas instituições, os cursos profissionalizantes surgem para atender a demanda de mão de obra especializada em determinados setores da economia, deste modo, “as modificações necessárias para o

mercado de trabalho exigem trabalhadores flexíveis, que produzam mais e melhor, que sejam capazes de desempenhar diferentes tarefas [...]” (BACCIN; SHIROMA, 2016, p. 139).

Já no trabalho docente, percebemos que essas modificações afetam “[...] circunstancialmente a atividade deste profissional, com uma demanda que muitas vezes vai além do tempo estipulado em seu contrato de trabalho, exigindo um compromisso com uma demanda cada vez maior” (BACCIN; SHIROMA, 2016, p. 139-140), essa intensificação do trabalho docente auxilia de forma negativa em sua qualidade, já que o aumento de suas atividades pode ocasionar a impossibilidade de se planejar, lidar com situações do cotidiano e, principalmente, refletir sobre o contexto em que atua.

As reformas educacionais ocorridas na década de 1990, com princípios gerencialistas, trouxeram mudanças para os profissionais da área da educação (BACCIN; SHIROMA, 2016). Essa forma gerencial sobre a educação, exige o Estado de fornecer serviços e, agora agindo como um gerenciador de políticas, essa direção vai “[...] ser o alicerce das novas políticas que se estabelecem para o Estado em reconstrução” (LIMA; GANDIN, 2012, p. 73). O gerencialismo parece estar exercendo um papel hegemônico sobre as políticas que se estabelecem na educação, a partir dos tabelamentos de estatísticas e produtividade etc. entre outras formas de indicadores para as instituições educacionais, que servem para “[...] orientar o financiamento das políticas de educação ou, melhor, das políticas gerenciais de educação” (HYPÓLITO, 2008 p. 77).

A forma de realizar a otimização dos recursos, faz com que aqueles que gerenciam a educação tenha que recorrer a Parcerias Público-Privadas – PPPs, realizando terceirizações, por exemplo (BACCIN; SHIROMA, 2016). Esse é um dos efeitos que condicionam a precarização, já que os empregados terceirizados possuem menos direitos que os trabalhadores concursados. Observamos o exemplo do caso da cidade de Florianópolis em Santa Catarina¹⁰, que estavam em greve contra as medidas de privatização na área da Saúde e da Educação, neste caso, favorecendo organizações sociais, sendo este um processo de privatização. Igualmente, tivemos um processo de tentativa de implantação das PPPs na cidade de Pelotas-RS¹¹, que autorizaria a Prefeitura a realizar parcerias público-privadas, onde os contratos poderiam durar até 30 anos.

O processo de implementação de políticas para a educação, em muitos dos casos, acaba por refletir na vida dos docentes de forma que possa produzir desencantamentos com a atividade didática e até frustrações e perda de saúde (CAMARGO, 2016). Juntamente a isso não houve uma melhora nas condições estruturais das escolas, muito menos nas condições de trabalho dos docentes, além disso, os problemas de cunho social que envolvem e adentram às escolas somam, juntamente com as novas responsabilidades trazidas pelas reformas, aos novos modelos de gerenciamento escolar, que surgem nos anos 1990, assim, conduzindo um ensino de acordo com as demandas do mercado de trabalho (GARCIA; ANADON, 2009).

Com a diminuição da jornada de trabalho, fruto das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, o sistema capitalista busca a intensificação do trabalho, pois o capital passa por diversas transformações para tentar superar suas crises, perante a necessidade de extrair mais-valia, criando formas de aumentar a produção frente a diminuição da jornada de trabalho (BACCIN; SHIROMA, 2016).

Outro ponto da precarização é a terceirização, os professores terceirizados¹² não possuem garantia de emprego, tornam-se um grupo de possíveis trabalhadores que ficam à espera de serem chamados para o trabalho. Também sofrem com a desconfiança dos docentes efetivos, assim acabam por não formar um coletivo, o que dificulta a reivindicação de melhores condições empregatícias, igualmente os docentes efetivos, mesmo com a garantia de trabalho, sofrem com as cargas horárias, salários, quantidade de alunos em salas de aula, infraestrutura, etc., fatores que vão interferindo na condição de suas vidas, não descartando disso a condição do professorado contratado/substituto (MILANI; FIOD, 2008; MOREIRA; SILVA, 2011).

Tratando-se da Educação Profissional e Tecnológica–EPT e no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, além das dificuldades salariais, cargas horárias etc., estão também as dificuldades na aquisição de uma formação que contemple os docentes neste tipo de ensino, seja ela inicial ou continuada, materiais didáticos, tempo para construção de um currículo integrado entre outras que dificultam e precarizam o trabalhador docente, que tenta lecionar da melhor forma possível para os discentes que em um dado momento foram excluídos pelo capital do processo de ensino, e que agora são convocados para auxiliar na reprodução do mesmo sistema que os excluiu em um dado momento (SHIROMA; LIMA FILHO, 2011).

Os processos de terceirização e intensificação do trabalho docente estão diretamente ligados à redefinição no mundo do trabalho. Surgem com a reestruturação produtiva ocasionando modificações no mundo do trabalho, “[...] a partir de uma maior intensificação da exploração da força de trabalho, desemprego estrutural, crescimento de uma desproletarização, [...] precarização do trabalho por meios de contrato temporários e desregulamentação dos direitos [...]” (CUNHA, 2010, p. 120). Em suma a reestruturação produtiva propõe a flexibilização de tudo que envolve o trabalho com o intuito de elevar ao máximo o acúmulo do capital. Neste contexto, a empresa tem a liberdade de demitir trabalhadores, sem que sofra qualquer tipo de penalidade, quando houver diminuição na produção e em suas vendas; pagar salários com valores mais baixos; contratar trabalhadores temporários com contratos e subcontratados (MEIRELLES, 2016).

Outro dos processos realizados pelo capital para “abandonar” a crise de acumulação foi o direcionamento para as leis trabalhistas, ou seja, atividades não capitalistas para a esfera do capital e que impactaram enormemente a todos os trabalhadores. Também, o Estado congrega em sua forma de gestão princípios da iniciativa privada, em que se pode perceber uma queda nas faixas salariais dos docentes e um aumento dos discente em salas de aulas, esse processo ocorre, também, através da aplicação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidades Federais – REUNI, que duplicou as vagas das universidades federais, tendo como parâmetro as instituições privadas que não possuem o tripé das universidades públicas – ensino, pesquisa e extensão – e coloca os docentes em uma condição de precarização (CUNHA, 2010; DE PAULA, 2015). O REUNI estabelece mudanças de cunho estrutural nas universidades e ao mesmo tempo curricular, traz a ideia de que as instituições não estão funcionando em

sua capacidade máxima e está aqui para melhorá-las, utilizando-se das orientações dos órgãos de financiamento internacionais (DE PAULA, 2015).

Os processos de terceirização e intensificação do trabalho docente estão diretamente ligados ao trabalho do professorado da EF, neste ponto a disciplina sofre com condições materiais e estruturais de ensino nas escolas públicas, entre outras condições que são vivenciadas pelos docentes. Um dos exemplos está no programa mais educação, que visa ampliar a jornada escolar nas redes estaduais e municipais, por meio de atividades optativas na escola, no entanto, para a efetivação do programa se utiliza a contratação de voluntários remunerados com bolsas (que auxiliam no deslocamento e alimentação) (SAIBA, 2019; PROGRAMA, 2019). Os voluntários para o programa são designados para as funções as quais se candidataram no processo seletivo, mediador e facilitador. Nenhuma destas duas funções, mediadores e facilitadores, necessitam de habilitação em curso superior na área em que atuarem, apenas é orientado que seja observado as disposições no caderno de orientações pedagógicas do programa e o perfil dos candidatos devem ser compatíveis com a função que venha desempenhar (PERGUNTAS, 2019). Deste modo, podemos observar que não se faz necessária a formação na área específica, por exemplo, da EF, mesmo que tenham de realizar e desenvolver atividades próprias da área, isso pode ser observado em alguns editais para a seleção de voluntários para o programa (BARRA, 2018).

O grupo de pesquisa, Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física – OTPEF da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, apresentou o relatório técnico-científico sobre as condições de trabalho e vida dos docentes estaduais que lecionavam na área de EF na cidade de Pelotas-RS (FRIZZO *et al*, 2018), neste apresentaram dados que nos aproximaram da realidade dos docentes da EF. Pode ser observado neste relatório, que 8% dos docentes de EF já ministraram outra disciplina como ensino religioso, também que 50% dos docentes trabalham 20h e buscam mais horas de trabalho em outras redes de ensino, é possível perceber que os docentes entrevistados procuravam complementar sua renda em outras áreas que não na educação, em que somada todas as fontes de renda chegavam a 31% dos docentes. Em relação ao salário do professorado, o relatório mostrou que 62% dos docentes recebe remuneração abaixo do piso nacional. Sobre as condições materiais, a pesquisa mostra a insatisfação de 63% dos docentes das escolas que possuem quadras esportivas, revelando que a estrutura existente não é adequada para as aulas de EF (FRIZZO *et al*, 2018).

Outro aspecto que intensifica o trabalho docente são as formas de avaliação (externa) da escola, por exemplo, o IDEB. Nos instrumentos de avaliação, a EF acaba por ser deixada em segundo plano para dar espaço para outras disciplinas, também na forma em que a organização escolar no contexto capitalista impõe importâncias diferentes para as disciplinas, pautadas pela lógica mercantil (SILVEIRA; FRIZZO, 2017). Assim, a EF acaba por ter uma redução em sua carga horária, na lógica de avaliação escolar e na organização escolar capitalista, que acaba por intensificar seu trabalho, pois necessita dar conta do conteúdo na nova organização de sua carga horária dificultando, desta maneira, a mediação e a apropriação dos conteúdos da cultura corporal ao alunado. A lógica de avaliação impõe um caráter competitivo que adentra ao sistema educacional, colocando as escolas que atingem as metas estabelecidas como “escolas modelo”, o

que causa a “invisibilidade” das demais instituições escolares, já que a lógica da performance e resultados acaba por intensificar o trabalho do professorado que tenta buscar melhores resultados, dentro destes exames avaliativos (AMARO, 2014; DA SILVA, 2013).

Ainda, essa lógica avaliativa está estabelecida no discurso da culpabilização dos docentes pelos problemas educacionais, mesmo que se saibam que a aprendizagem depende de diversos fatores e que estes são complexos, é pautada na compreensão da educação como um produto do mercado, todo esse conjunto coloca o professor como sendo o centro dos problemas do ensino na rede pública, o que acaba por contribuir na precarização do seu trabalho e em sua consequente intensificação, como já mencionado (NAKAYAMA; BRITO, 2016; DA SILVA, 2013).

Outro processo que decorre da intensificação e da precarização do trabalho docente é caracterizado pelas condições ligadas à saúde e à insegurança na realização do trabalho. O trabalho é essencial ao ser humano, ou seja, é central em sua vida. Este está dividido em atividades produtivas geralmente ligadas à linha de produção na qual, no final do processo, está o produto material e as improdutivas que podemos atribuir aos docentes, nestas o produto final não é um bem material, mas o conhecimento trabalhado junto ao alunado, nos padrões do capitalismo, é condicionado aos docentes os mesmos padrões dos processos industriais de produção, como metas de quantidades, ascensão de carreira ligada à produção, à avaliação dos resultados como forma de bonificação e à estrutura de trabalho precarizada (FORATTINI; LUCENA, 2015). Assim, diversos fatores que estão associados ao trabalho docente podem prejudicar a saúde dos trabalhadores da educação, como movimentos repetitivos, pó de giz, atividades em que necessitam ficar muito tempo em pé, material de trabalho não adequado à atividade docente, uso intenso da voz, controle de produtividade muitas vezes advindo das políticas de avaliação, acúmulo de atividades que em muitos casos são realizadas em horários que excedem sua carga de trabalho, violência, entre outros (WEBBER; VERGANI, 2010).

Deste modo, podemos perceber que os sujeitos da categoria docente, seja eles de EF ou não, possuem uma fragilização de sua saúde e segurança em decorrência de seu trabalho que se apresenta na esteira das políticas de (des)valorização do trabalho do professorado que, por sua vez, se desenvolvem em função de uma mercantilização do fenômeno educativo.

Considerações finais

A precarização social do trabalho docente atinge frontalmente a educação pública (em suas redes Federais, Estaduais e Municipais) de diversas formas, mesmo que de maneiras distintas, com sérios agravos nas condições e direitos dos trabalhadores docentes, geralmente surgindo através de políticas educacionais implementadas ao longo dos anos e em modelos de governos distintos. Surge também, juntamente com as novas atribuições para o trabalhador docente (seja da EF ou outra área), geralmente desenvolvidas por políticas públicas elaboradas por organismos internacionais com interesses evidentemente privados. Esse processo, somado à precarização do ambiente de trabalho, às mazelas sociais, à necessidade dos docentes de trabalharem mais horas para dar conta de sua condição de existência, intensificam e agravam a saúde dos

docentes, não sendo diferente para a parcela do professorado que é contratado ou terceirizado, isso soma-se à insegurança sobre as garantias que têm de continuar empregados.

As políticas de avaliações (externas) educacionais se somam a essa intensificação. No caso do IDEB temos a diminuição, em algumas escolas, das disciplinas para que os alunos possam se preparar para a aplicação das avaliações, quando isso ocorre, geralmente, disciplinas como a de EF sofrem com a diminuição de sua carga horária. Também a lógica meritocrática da prova do IDEB lança forma de beneficiar quem atinge as metas estabelecidas e coloca em evidência as escolas que conseguem atingir as demandas, deixando “à parte” as que não atingem. Estes modelos de avaliação educacional necessitam de reformulações a fim de que possam auxiliar como ferramenta e que apontem os “verdadeiros” problemas educacionais e não para servir como instrumento de culpabilização dos docentes, já que mede somente o que o aluno aprendeu, mas não em quais condições esse aprendizado foi realizado.

Por fim, compreendemos que este campo de discussão não se esgota aqui, mas continua juntamente com a organização do aporte teórico que remete seu olhar sobre a exploração do trabalho docente e com todos aqueles, incluindo o professorado, que lutam por melhores condições de vida. A garantia por melhores condições de trabalho e de existência perpassa pelo entendimento dos problemas educacionais que são problemas estruturais do sistema capitalista e que se reproduzem no ensino. Assim, mesmo produzindo pequenas ações para que os docentes possam ter melhores condições de trabalho, é necessário não deixar de pensar na superação de um sistema moldado na exploração do trabalho.

Referências

- AMARO, Ivan. Avaliar ou examinar a escola? Performatividade, regulação e intensificação do trabalho docente. **Impulso**, v. 24, n. 61 (2014), p. 109-127. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/impulso/article/view/2120>>. Acesso em: 20 outubro de 2017.
- ANTUNES, Ricardo. A sociedade da terceirização total. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, Janeiro a Junho de 2015. Disponível em : < <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008. 213p.
- BACCIN, Ecléia Vanessa Canei; SHIROMA, Eneida Oto. A intensificação e precarização do trabalho docente nos institutos federais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 129-150, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22196/tp.v18i39.3619>> Acesso em: 08 de novembro de 2017.
- BARRA do Corda (MA). **Edital nº 04/2018, de 27 de março de 2018**. Seleção de voluntários para atuarem como mediadores de aprendizagem e facilitadores do programa mais novo educação e como assistente de alfabetização da mais alfabetização no município de Barra do Corda – MA (zona urbana e/ou zona rural). Disponível em:< <http://www.barradocorda.ma.gov.br/site/wp-content/uploads/Edital-seletivo-Mais-Educa%CC%A7a%CC%83o.pdf>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.
- BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org.). 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 251 p.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da República federativa do Brasil. Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em:

- <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 09 de novembro de 2017.
- CAMARGO, Eloider. As condições do trabalho do docente em uma escola pública de Sinop-Mato Grosso. **Eventos Pedagógicos**, v. 7, n. 2, p. 371-385, 2016. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>> Acesso em: 08 de novembro de 2017.
- CUNHA, Fernando José de Paula. Precarização do trabalho e Educação Física: situando a questão. doi: 10.5007/2175-8042.2010v22n35p113. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 35, p. 113-129, dez. 2010. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/21758042.2010v22n35p113>>. Acesso em: 20 outubro de 2017.
- DA SILVA, Amanda Moreira. A docência no tempo e no contexto das leis. **Periferia**, v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/15334>>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.
- DE PAULA, Alisson Slider do Nascimento. O Programa REUNI em foco: intensificação e precarização do trabalho docente. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 15, n. 170, p. 99-106, jul. 2015. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27088/14874>>. Acesso em: 20 outubro de 2017.
- DRUCK, Graça. Precarização Social do Trabalho no Brasil: alguns indicadores. In. Antunes, Ricardo (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho No Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013, 448p. Coleção Mundo do Trabalho.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cad. CRH, Salvador**, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/q2rjjs>>. Acesso em: 19 de abril de 2018.
- FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA, Carlos Alberto. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. p.32-47, ago. 2015. ISSN 2446-6220. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/19>>. Acesso em: 20 outubro de 2017.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 69-90 (Biblioteca da Educação, Série I, Escola v. 11).
- FRIZZO, Giovanni. *et al.* **Relatório Técnico-Científico**: condições de trabalho e vida do professorado de Educação Física na rede Estadual de ensino em Pelotas-RS. março de 2018. Disponível em:<<https://wp.ufpel.edu.br/otpef/files/2018/04/Relat%C3%B3rio-Final-Projeto-EM-no-RS-1.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.
- HYPOLITO, Álvaro. Moreira. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008.
- INEP – **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. 2015. Disponível em:<<http://inep.gov.br/ideb>>. Acesso em 20 de outubro de 2018.
- LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís Armando. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Práxis Educativa**, v.7, n. 1, p. 69-84, 28 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/3398>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- MEIRELLES, Giselle Avila Leal de. Reestruturação produtiva do capital, pauperização e desigualdade social na América Latina. **Serv.Soc.Rev.**, Londrina, v. 18, N. 2, P. 52 – 72, Jan. / Jun. 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/23644/19102>>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2019.
- MÉSZÁROS, István, 1930- **A educação para além do capital** / Isteván Mészáros; [tradução Isa Tavares]. - 2.ed. – São Paulo: Boitempo, 2008. 125 p. – (Mundo do trabalho).

- MILANI, Noeli Zanatta; FIOD, Edna Garcia Maciel. Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005). **Roteiro**, [S.l.], v. 33, n. 1, p. 77-100, Jul. 2008. ISSN 2177-6059. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/320/69>>. Acesso em: 20 outubro de 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108 p.
- MOREIRA, Fernanda Arantes; SILVA, Maria Vieira. Trabalho docente na esfera pública: controvérsias e vicissitudes sob a ótica dos sujeitos da educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], n. 10, jan. 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9299/6163>>. Acesso em: 20 outubro 2017.
- NAKAYAMA, Barbara Cristina Moreira Sicardi; BRITO, Solange Aparecida da Silva. Formação de professores, estágio remunerado e precarização do trabalho docente: as contradições do Programa Residência Educacional. **Laplage em Revista**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. p.33-41, jun. 2016. ISSN 2446-6220. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/158>>. Acesso em: 20 outubro de 2017.
- NETTO, Mario Borges; LUCENA, Carlos Alberto. O trabalho como princípio educativo e a organização do trabalho pedagógico na escola. **Acta Scientiarum. Education**, v. 37, n. 4, 2015.
- PERGUNTAS e Respostas – PNME Versão II. Brasília-DF: **MEC**, sd, 2019. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=90271-perguntas-e-respostas-dopnme&category_slug=junho-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.
- PROGRAMA novo mais educação. Brasília-DF: **MEC**, sd, 2019. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.
- ROSSATO, R. PRÁXIS. In: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed., rev. amp. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.325-327.
- SAIBA mais Programa Mais Educação. Brasília-DF: **MEC**, sd, 2019. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16689-saiba-mais-programa-mais-educacao>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.
- SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. – 23. ed. rev. e atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.
- SHIROMA, Eneida Oto; LIMA FILHO, Domingos Leite. Trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica e no PROEJA. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 116, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a07v32n116.pdf>>. Acesso em: 20 outubro 2017.
- SILVEIRA, Leonardo Lemos; FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst. A contextualização do trabalho docente de educação física na rede municipal de ensino de Pelotas: uma crítica ao sistema capitalista de ensino. **Kinesis**, v. 35, n. 1, p. 11-20, 2017. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/24435/pdf>> Acesso em: 08 de novembro de 2017.
- WEBBER, Deise Vilma; VERGANI, Vanessa. A profissão de Professor na sociedade de risco e a urgência por descanso, dinheiro e respeito no meio ambiente laboral. **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, Fortaleza - CE de 09 a 12 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3122.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018

Notas

¹ Doutorando em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas no Programa de Pós-Graduação em Educação Física (UFPel/PPGEF) na área de concentração Movimento Humano, Educação e Sociedade, linha de pesquisa: Formação Profissional e Prática Pedagógica. Mestre em Educação Física (UFPel/PPGEF) na área de concentração Movimento Humano, Educação e

Sociedade, linha de pesquisa: Formação Profissional e Prática Pedagógica, é Especialista em educação pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFsul) e Licenciado em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física (UFPEL/ESEF). Pesquisando sobre os seguintes temas: trabalho pedagógico, pobreza e educação, desigualdade social, precarização do trabalho docente. Atualmente é integrante do grupo de estudos: Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física da UFPEL/ESEF e do grupo Educação Física e Opressões: a Cultura Corporal no combate à discriminação (UFPEL/ESEF). Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6750155639037375> . Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3982-4069> E-mail: leo.pf.ef@gmail.com

² Possui graduação em Pedagogia - Administração Escolar pelo Centro Universitário do Maranhão S C Ltda (1999), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2009) e doutorado em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (2018). Atualmente é avaliador do Sinaes - Sistema Nacional Ed. S. do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, coordenador do curso de licenciatura em computação do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense e professor de Educação Básica, Téc. e Tecnol. do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Legislação Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, tecnologia educacional, mídias, precarização social do trabalho docente, inclusão sociodigital, avaliação e educação a distância. Plataforma Lattes <http://lattes.cnpq.br/3514196639632121> Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5371-8396> E-mail roostas.ifsul@gmail.com:

³ Trata da admissão temporária, por dois anos, no máximo, em substituição a um docente afastado da sala de aula. Utilizamos a condição substituto apenas como um dos possíveis exemplos de precarização e intensificação deste trabalho.

⁴ a) vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; b) intensificação do trabalho e terceirização; c) insegurança e saúde no trabalho; d) perda das identidades individual e coletiva; e) fragilização da organização dos trabalhadores; e f) condenação e descarte do direito do trabalho.

⁵ “Práxis pode ser compreendida como a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a consequente prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora.” (ROSSATO, 2010, p. 325).

⁶ O critério de seleção utilizado para a escolha dos artigos foram a proximidade com o problema de pesquisa, ou seja, a precarização do trabalho docente.

⁷ Bourdieu (2007); Druck, (2011, 2013); Mésáros, (2006, 2008); Hypólito, (2008); Webber; Vergani, (2010); Lima; Gandin, (2012); Meirelles, (2016); Silveira; Frizzo, (2017).

⁸ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado em 2007, elaborado a partir de dados do censo escolar e das médias das avaliações escolares do INEP, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil, serve para medir a qualidade do ensino nas escolas e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Realizada a cada 2 (dois) anos, tem como meta alcançar os pontos que correspondem aos países desenvolvidos, ou seja 6 (seis) pontos até 2022. A média é colocada em uma escala de 0 a 10, no entanto são estipuladas metas de pontuação que cada escola deve atingir (INEP, 2015).

⁹ Cf. Antunes (2008)

¹⁰ Para mais informação, visitar o blog do professor Luiz Carlos de Freitas em: <https://avaliacaoeducacional.com/2018/04/17/florianopolis-tenta-privatizar-educacao/>

¹¹ Mais informações sobre as PPPs, acesse o site do SINASEFE IFsul: <http://www.sinasefeifsul.org.br/noticias/votacao-de-projeto-que-facilita-privatizacao-atraves-de-ppps-em-pelotas-e-adiada-para-a-proxima-semana/565/>

¹² Aqui a terceirização se dá através de contratos temporários. Antunes (2015), explica que o capital cria trabalhadores de primeira e de segunda categorias, dividindo e tornando distintos os tipos de trabalhadores, entre contratados de forma direta e terceirizados, fragmentando e realizando uma heterogeneizações no corpo produtivo.

Recebido em: 11 de maio de 2020.

Aprovado em: 15 de março de 2021.